

KIYOSHI HARADA

DIREITO
FINANCEIRO
e TRIBUTÁRIO

27^a *Revista e*
edição *atualizada*



| atlas

- A EDITORA ATLAS se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2018 by

EDITORA ATLAS LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Elíseos – 01203-904 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770

faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Ítalo Frediani

- Fechamento desta edição: 09.01.2018

- Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil).

H229d

Harada, Kiyoshi

Direito financeiro e tributário / Kiyoshi Harada. – 27. ed. rev. e atual. – São Paulo: Atlas, 2018.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-97-01563-8

1. Direito financeiro. 2. Direito tributário. I. Título.

18-47233

CDU: 342.973.526

11/11

SUMÁRIO

PARTE I – DIREITO FINANCEIRO	1
1 INTRODUÇÃO	3
1.1 Conceito de atividade financeira do Estado.....	3
1.2 Fins da atividade financeira.....	4
1.2.1 Serviços públicos	5
1.2.2 Poder de polícia	6
1.2.3 Intervenção no domínio econômico.....	8
1.3 Ciência das finanças e o estudo da atividade financeira sob o enfoque econômico	15
2 DIREITO FINANCEIRO	16
2.1 Conceito e objetos do direito financeiro	16
2.2 Autonomia do direito financeiro	17
2.3 Relacionamento com os demais ramos do direito.....	19
3 DESPESAS PÚBLICAS	21
3.1 Conceito.....	21
3.2 Necessidades das despesas públicas.....	24
3.3 Classificação das despesas públicas	24
3.4 Execução das despesas públicas.....	26
3.4.1 Pagamento de precatório	28
3.5 Execução de despesas extraordinárias	38
3.6 Despesas públicas na Lei de Responsabilidade Fiscal	40

4 RECEITAS PÚBLICAS	41
4.1 Conceito.....	41
4.2 Classificação das receitas públicas	43
4.2.1 Receitas originárias.....	46
4.2.1.1 Conceito	46
4.2.1.2 Modalidades de receitas originárias segundo as fontes ...	46
4.2.1.3 Princípios constitucionais concernentes a empresas estatais	48
4.2.1.4 Teoria sobre preços públicos. Sua distinção com as taxas.....	49
4.2.1.5 Pedágio e sua natureza jurídica.....	53
4.2.2 Receitas derivadas	55
4.2.2.1 Conceito	55
4.2.2.2 Espécies de tributos	56
4.2.2.3 Princípios constitucionais tributários	56
4.2.2.4 Repartição das receitas tributárias	56
4.2.2.5 Regras concernentes à repartição das receitas.....	58
4.2.2.6 Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal	66
4.2.3 Multa	67
4.3 Compensação financeira.....	68
4.3.1 Generalidades.....	68
4.3.2 Sua instituição legal	69
4.3.3 Sua natureza jurídica	71
4.4 Receitas públicas na Lei de Responsabilidade Fiscal.....	74
5 ORÇAMENTO	75
5.1 Conceito.....	76
5.2 Natureza jurídica do orçamento	77
5.3 Processo legislativo	79
5.4 Aspectos políticos do orçamento.....	84
5.5 Aspectos econômicos do orçamento.....	85
5.6 Princípios orçamentários.....	86
5.6.1 Princípio da exclusividade.....	87
5.6.2 Princípio da programação	87
5.6.3 Princípio do equilíbrio orçamentário.....	88
5.6.4 Princípio da anualidade	89
5.6.5 Princípio da unidade	90
5.6.6 Princípio da universalidade	90

5.6.7	Princípio da legalidade.....	91
5.6.8	Princípio da transparência orçamentária.....	91
5.6.9	Princípio da publicidade orçamentária.....	92
5.6.10	Princípio da não vinculação de receita de impostos.....	93
5.6.11	Princípio da especialidade dos incentivos fiscais.....	95
5.6.12	Princípio da responsabilidade na gestão fiscal.....	96
5.6.13	Outros princípios.....	97
5.7	Leis orçamentárias.....	98
5.7.1	Orçamento plurianual.....	98
5.7.2	Lei de Diretrizes Orçamentárias.....	100
5.7.3	Orçamento anual.....	102
5.7.3.1	Orçamento autorizativo.....	104
5.7.3.2	Orçamento impositivo.....	109
5.7.4	Lei complementar. Lei nº 4.320, de 17-3-1964.....	113
5.7.5	Instituição de fundos.....	115
5.7.6	Atentados à lei orçamentária e crime de responsabilidade.....	119
5.8	Fiscalização e controle dos orçamentos.....	126
5.8.1	Tipos de controle.....	131
5.8.1.1	Controle interno.....	131
5.8.1.2	Controle externo.....	133
5.8.1.3	Controle privado.....	135
5.9	Tribunal de Contas da União.....	136
5.9.1	Introdução.....	136
5.9.2	Composição.....	137
5.9.3	Atribuições.....	138
5.10	Tribunais de contas nos Estados e nos Municípios.....	146
5.11	Conselho Nacional dos Tribunais de Contas.....	147
6	CRÉDITO PÚBLICO.....	152
6.1	Conceito.....	152
6.2	Evolução histórica.....	155
6.3	Classificação do crédito público.....	156
6.3.1	Empréstimo perpétuo e empréstimo temporário.....	156
6.3.2	Dívida pública flutuante e dívida pública fundada.....	156
6.3.3	Empréstimos internos e empréstimos externos.....	157
6.3.4	Créditos compulsórios e créditos voluntários.....	158
6.3.5	Classificação constitucional.....	160
6.3.6	Vinculação da receita de impostos.....	161

6.4	Crédito forçado	168
6.4.1	Técnicas do crédito involuntário.....	168
6.4.2	Utilização de fundos de estabelecimentos.....	168
6.4.3	Papel-moeda.....	170
6.4.4	Inflação sistemática.....	170
6.5	Crédito voluntário.....	171
6.5.1	Prêmios de reembolso.....	172
6.5.2	Juros progressivos.....	172
6.5.3	Moeda e empréstimos indexados.....	173
6.5.4	Títulos da dívida pública.....	173
6.5.5	Lotos.....	174
6.5.6	Conversão.....	174
6.6	Crédito público na Constituição Federal.....	175
6.7	Crédito externo. Considerações gerais.....	178
6.7.1	FMI e Birde.....	180
6.8	Dívida externa brasileira.....	181
6.9	Banco Central e finanças públicas.....	185
7	DISPOSIÇÕES DA LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR.....	189
7.1	Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 – Excertos.....	189
7.2	Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950 – Excertos.....	206
7.3	Decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967.....	217
7.4	Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.....	224
7.5	Resoluções do Senado Federal.....	234
7.5.1	Resolução nº 40, de 20 de dezembro de 2001.....	234
7.5.2	Resolução nº 43, de 21 de dezembro de 2001.....	237
7.5.3	Resolução nº 23, de 11 de abril de 1996.....	255
7.6	Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Excertos.....	256
7.7	Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000.....	297
	PARTE II – DIREITO TRIBUTÁRIO.....	299
8	INTRODUÇÃO.....	301
8.1	Evolução do fenômeno da tributação.....	301
8.2	Conceito de direito tributário.....	303
8.3	Autonomia do direito tributário.....	303
8.4	Relações do direito tributário com outros ramos do direito.....	304
8.5	Fontes do direito tributário.....	304
8.5.1	Fontes materiais.....	305

8.5.2	Fontes formais	305
8.5.2.1	Normas constitucionais e emendas constitucionais	305
8.5.2.2	Leis complementares	306
8.5.2.3	Leis ordinárias	306
8.5.2.4	Leis delegadas.....	306
8.5.2.5	Medidas provisórias.....	307
8.5.2.6	Decretos legislativos	308
8.5.2.7	Resoluções.....	309
8.5.2.8	Tratados e convenções internacionais	309
8.5.2.9	Decretos	311
8.5.2.10	Fontes formais secundárias	312
9	SISTEMA TRIBUTÁRIO NA CONSTITUIÇÃO.....	313
9.1	Generalidades	314
9.2	Tributos	315
9.2.1	Definição de tributos. Sua natureza jurídica	315
9.2.2	Espécies de tributos.....	317
9.2.2.1	Impostos.....	318
9.2.2.2	Taxas	319
9.2.2.3	Contribuição de melhoria	321
9.2.2.4	Empréstimos compulsórios	323
9.2.2.5	Contribuições sociais	323
9.2.2.5.1	Contribuições sociais do art. 149 da CF.....	327
9.2.2.5.2	Contribuições sociais do art. 195 da CF.....	338
9.2.2.5.3	Emendas Constitucionais nºs 20/98, 45/04 e 47/05	368
9.2.2.5.4	Contribuição social dos servidores públicos	370
9.2.2.5.5	Contribuição social do salário-educação....	377
9.2.2.5.6	Contribuição para o seguro de acidentes do trabalho.....	378
9.2.2.5.7	Contribuições sociais sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	381
9.3	Competência tributária	385
9.3.1	Discriminação de rendas tributárias	385
9.3.2	Limitações constitucionais do poder de tributar	386
9.3.2.1	Princípio da legalidade tributária.....	389

9.3.2.2	Princípio da anterioridade e princípio da nonagesimidade	390
9.3.2.3	Princípio da isonomia tributária.....	393
9.3.2.4	Princípio da capacidade contributiva	394
9.3.2.5	Princípio da vedação de efeitos confiscatórios	396
9.3.2.6	Princípio da imunidade recíproca.....	398
9.3.2.7	Princípio da imunidade genérica e específica	401
9.3.2.7.1	Imunidade genérica de impostos.....	401
9.3.2.7.2	Imunidade da contribuição social para a seguridade social.....	409
9.3.2.7.3	Imunidade da contribuição social sobre o lucro líquido	412
9.3.2.8	Princípio da imunidade de tráfego interestadual e intermunicipal	413
9.3.2.9	Princípio da uniformidade de tributo federal em todo o território nacional.....	414
9.3.2.10	Princípio da uniformidade de tributo estadual ou municipal quanto à procedência ou destino de bens e serviços de qualquer natureza.....	415
9.3.2.11	Princípio da igualdade de tratamento dos títulos da dívida pública federal, estadual ou municipal e dos vencimentos pagos pelas três entidades políticas.....	415
9.3.2.12	Princípio da imunidade do imposto sobre a renda relativamente a proventos de aposentadoria e pensão percebidos por pessoas com idade superior a 65 anos.....	416
9.3.2.13	Princípio da vedação de a União decretar isenção de impostos das entidades periféricas	417
9.3.2.14	Princípio da imunidade de pequenas glebas rurais	418
9.3.2.15	Princípio da transparência tributária.....	419
9.3.2.16	Princípios implícitos.....	420
9.4	Impostos da União.....	422
9.4.1	Imposto de importação e imposto de exportação	423
9.4.2	Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.....	425
9.4.3	Imposto sobre produtos industrializados	440
9.4.4	Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro ou relativas a títulos e valores mobiliários	449
9.4.5	Imposto sobre a propriedade territorial rural.....	452
9.4.6	Imposto sobre grandes fortunas	455
9.4.7	Impostos extraordinários	456
9.4.8	Impostos inominados	456
9.4.9	Imposto provisório sobre movimentação financeira	456

9.5	Impostos estaduais	462
9.5.1	Imposto sobre transmissão <i>causa mortis</i> e doação de quaisquer bens ou direitos.....	462
9.5.2	Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação	471
9.5.3	Imposto sobre a propriedade de veículos automotores.....	507
9.5.4	Adicional do imposto sobre a renda	508
9.6	Impostos municipais.....	509
9.6.1	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana	509
9.6.2	Imposto sobre a transmissão <i>inter vivos</i> , a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis.....	516
9.6.3	Imposto sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel	522
9.6.4	Imposto sobre serviços de qualquer natureza.....	522
9.6.4.1	Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.....	528
9.7	Regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte	564
10	LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	573
10.1	Leis, tratados e convenções internacionais, decretos e normas complementares.....	573
10.1.1	Leis	574
10.1.2	Tratados e convenções internacionais.....	574
10.1.3	Decretos.....	576
10.1.4	Normas complementares.....	576
10.2	Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária.....	577
10.2.1	Vigência da legislação tributária	577
10.2.2	Aplicação da legislação tributária.....	577
10.2.3	Interpretação da legislação tributária.....	579
10.2.4	Integração da legislação tributária	581
11	OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	585
11.1	Definição e espécies.....	585
11.2	Elementos da obrigação tributária.....	586
11.2.1	Lei.....	586
11.2.2	Fato gerador.....	587
11.2.2.1	Elemento objetivo do fato gerador	588
11.2.2.2	Aspecto subjetivo do fato gerador.....	588
11.2.2.3	Aspecto quantitativo do fato gerador.....	592

11.2.2.4	Aspecto espacial do fato gerador	593
11.2.2.5	Aspecto temporal do fato gerador	593
11.2.3	Fatos geradores confrontantes.....	595
11.3	Responsabilidade tributária	595
11.3.1	Princípio e requisitos.....	596
11.3.2	Responsabilidade dos sucessores.....	597
11.3.3	Responsabilidade de terceiros	600
11.3.4	Responsabilidade por infrações.....	604
11.3.5	Denúncia espontânea.....	606
12	CRÉDITO TRIBUTÁRIO	607
12.1	Conceito e natureza jurídica	608
12.2	Constituição do crédito tributário pelo lançamento	608
12.2.1	Lançamento direto	611
12.2.2	Lançamento misto	611
12.2.3	Lançamento por homologação	612
12.3	Suspensão do crédito tributário.....	615
12.3.1	Moratória.....	616
12.3.2	Depósito do montante integral do crédito.....	618
12.3.3	Reclamações e recursos administrativos	619
12.3.4	Concessão de liminar em mandado de segurança	619
12.3.5	Parcelamento	620
12.4	Extinção do crédito tributário.....	624
12.4.1	Pagamento	625
12.4.2	Demais modalidades	626
12.4.2.1	Compensação	627
12.4.2.2	Transação	631
12.4.2.3	Remissão	632
12.4.2.4	Prescrição e decadência	633
12.4.2.5	Conversão de depósito em renda.....	647
12.4.2.6	Pagamento antecipado e homologação do lançamento, nos termos do disposto no art. 150, §§ 1º e 4º.....	648
12.4.2.7	Consignação em pagamento, nos termos do disposto no § 2º do art. 164	648
12.4.2.8	Decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória.....	649
12.4.2.9	Decisão judicial passada em julgado.....	649
12.4.2.10	Dação em pagamento em bens imóveis	650

12.5	Exclusão de crédito tributário.....	651
12.5.1	Isenção	651
12.5.2	Anistia	652
12.6	Garantias e privilégios do crédito tributário.....	654
13	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	661
13.1	Considerações gerais	661
13.2	Fiscalização.....	664
13.2.1	Sigilo bancário	668
13.3	Dívida ativa.....	673
13.4	Certidões negativas.....	675
14	PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO	679
14.1	Considerações gerais	679
14.1.1	Normas básicas sobre o processo administrativo.....	681
14.2	Processo administrativo tributário federal	682
14.3	Processo administrativo tributário estadual.....	691
14.4	Processo administrativo tributário municipal	695
14.5	Consulta em matéria tributária.....	697
14.6	Revisão judicial de decisão administrativa contrária à Fazenda.....	699
15	PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO	710
15.1	Considerações gerais	710
15.1.1	Tutela de urgência.....	711
15.2	Execução fiscal	714
15.3	Ação anulatória em matéria fiscal.....	721
15.4	Ação de repetição de indébito.....	722
15.5	Ação declaratória em matéria fiscal	728
15.6	Ação de consignação em pagamento	729
15.7	Mandado de segurança	730
15.8	Medidas cautelares em matéria fiscal.....	736
15.9	Ação direta de inconstitucionalidade.....	737
15.10	Ação declaratória de constitucionalidade.....	742
15.11	Medida cautelar fiscal.....	744
16	PUNIBILIDADE EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA	746
16.1	Ilícito tributário.....	746
16.2	Direito tributário penal e direito penal tributário.....	747
16.3	Crimes tributários	752
16.3.1	Lei nº 4.729/65	753
16.3.2	Lei nº 8.137/90.....	754

16.4 Extinção da punibilidade.....	756
16.4.1 Retroatividade da lei benigna.....	756
16.4.2 Anistia	759
16.4.3 Evolução legislativa.....	764
16.5 A questão da prejudicialidade da ação penal.....	769
16.6 Considerações finais.....	771
17 LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR E PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA	776
17.1 Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965.....	776
17.2 Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990 – Excertos.....	779
17.3 Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 – Excertos	782
17.4 Lei nº 8.866, de 11 de abril de 1994	784
17.5 Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980	787
17.6 Lei nº 8.397, de 6 de janeiro de 1992.....	803
17.7 Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 – Excertos	808
17.8 Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.....	812
18 SÚMULAS DE DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO	828
18.1 Súmula vinculante	828
18.2 Súmulas do Supremo Tribunal Federal.....	831
18.2.1 Súmula vinculante do STF.....	846
18.3 Súmulas do Superior Tribunal de Justiça.....	847
19 REFORMA TRIBUTÁRIA. BREVES CRÍTICAS	857
19.1 Proposta de Emenda à Constituição	857
19.2 Breves críticas e sugestões	861
BIBLIOGRAFIA.....	867
ÍNDICE REMISSIVO	871